

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Pernambuco Class.: 80

Data: 08/05/87 Pg.:

Índios denunciam invasão de suas terras em Alagoas

Índios da nação Xucuru Kariri, de Alagoas, estiveram, ontem, com o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE, Lúcio Flávio Regueira, denunciando os problemas de invasões em suas terras, próximas a Palmeira dos Índios, que vêm sofrendo há muitas décadas, sem que a Funai, que é o órgão competente, tenha movido uma só palha em benefício da causa indígena.

O pajé Antônio Celestino, de 48 anos, e o cacique José Augusto, de 22, revelaram que vivem na pequena área de terra que lhes restou, não como donos, mas como escravos, sofrendo massacres e ameaças dos proprietários de engenhos da região, sem poder reagir. "Quem é o índio para enfrentar escopetas, revólveres e armas pesadas? Nós não reagimos, preferindo confiar na Justiça e não apenas na Funai, que, por sinal, até hoje não atuou a nosso favor", desabafou o pajé.

Apoiados por duas advogadas do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), os índios alagoanos reivindicaram três mil hectares de uma área, segundo eles insignificante, se comparada aos 36 mil hectares que, em 1822, foi dada aos seus ancestrais pelo Imperador Dom Pedro I. Dos 36 mil restam, hoje, apenas 393 hectares, mesmo assim divididos em duas áreas, uma de 117 e outra de 276 hectares, onde vivem as duas tribos da nação Xucuru Kariri, que terminou por se dividir em 1985, por considerar que a popula-

ção estava muito grande (superior a 1000 índios).

ARRENDAMENTO

Após a divisão, em 85, 230 índios ficaram numa extensão de terra de 117 hectares, denominada Cafurna. O restante da população fixou-se 9 quilômetros adiante, na Fazenda Canto, de 276 hectares. Mas a visita de ontem, à OAB, compareceram apenas os líderes da Cafurna, que se sentem mais prejudicados face aos problemas fundiários que vêm se sobrepondo.

- Na Cafurna não há condição de trabalho. Só temos 117 hectares de mata, que não são suficientes para realizarmos nossos rituais e paralelamente desenvolvermos a lavoura ou outras atividades agropastoris. Estamos sobrevivendo trabalhando para fazendeiros da região, arrendando terras ao preço de 200 cruzados a tarefa. O pior de tudo é que estamos pagando por uma terra que de fato é nossa - informou o cacique José Augusto.

Problema semelhante enfrentam os índios da tribo Potiguara, da Paraíba. Estes, na impossibilidade de comparecer ao encontro de ontem, enviaram, através do Cimi, documentos para a Comissão de Direitos Humanos da OAB e Superintendência da Funai.

É assim o início da carta enviada à Funai: -

Senhor Superintendente da Funai: Queremos que o senhor arretire essas máquinas da Usina Miriri, esses pistoleiros que tão invadindo nossas terras, impatando de nós arrancar nossa roça e colher nossa lavoura, junto com a polícia que o governo bota eles para guarnecer a cidade e eles vêm guarnecer a terra do índio mandado pelo usineiro, atacando o índio para que ele não vá no roçado dele, para que o índio não possa tirar água do riacho e todo dia a polícia está em nossa área.

Tanto a tribo Potiguara quanto a nação Xucuru Kariri têm como principal reivindicação a demarcação das terras, e o direito de viver em paz, "sem jagunços, sem polícia, sem violência", esclarecem. "Procuramos a OAB de Pernambuco para pedir apoio porque a subcomissão da OAB em Palmeira dos Índios é representada pelo mesmo advogado dos fazendeiros da região, então não adiantaria recorrer a ele", argumentou o cacique José Augusto.

Lúcio Flávio Regueira, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PE, explicou que este é o primeiro caso de conflito envolvendo índios, depois da posse de Joaquim Francisco Cavalcanti no Ministério do Interior, órgão ao qual a Funai é subordinada.